



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO ANTÔNIO DE S.  
PEDRO DO SUL**

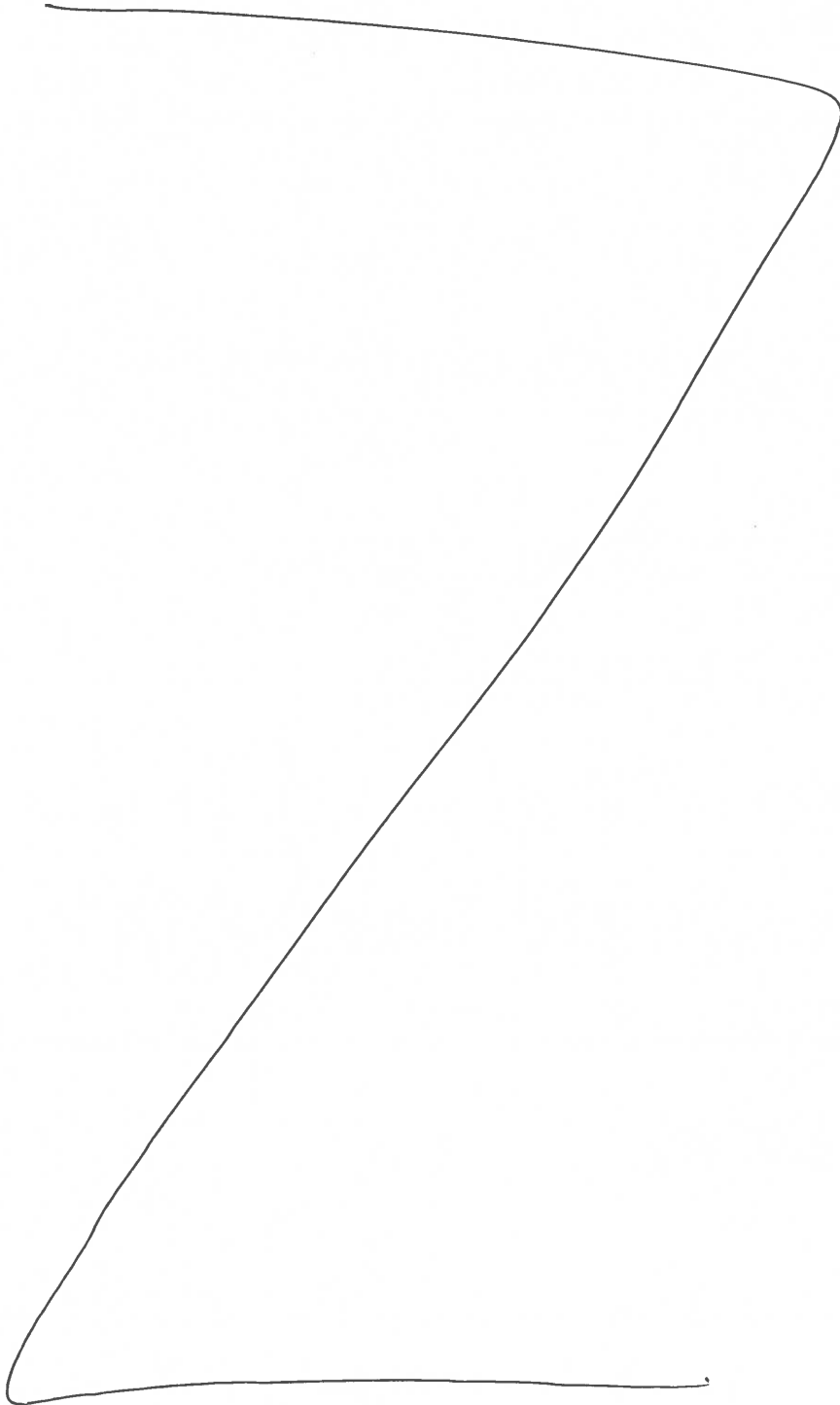
# **Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Santo Antônio de São Pedro do Sul (Estatutos)**

**Revisão:**

**Novembro/2018**

Mod. MSPS-PG 022-03

*Handwritten signatures and notes:*  
- *Janete B. Silva*  
- *1. A. J. ...*  
- *...*

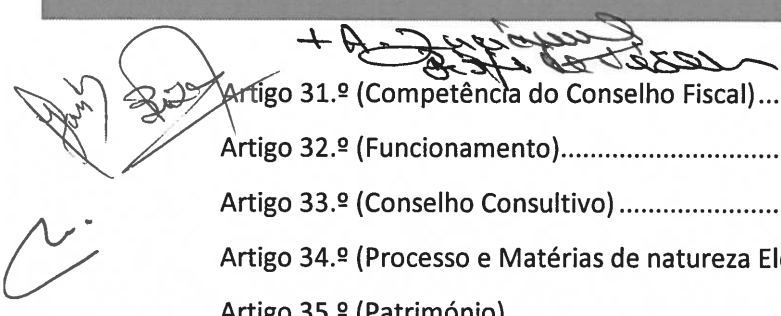


+ A. J. ...  
 ...

Paulo  
 ...

## Índice

Artigo 1.º (Denominação, Sede, Fim e Natureza Jurídica) .....	5
Artigo 2.º (Âmbito, Duração e Princípios) .....	5
Artigo 3.º (Objeto Social).....	6
Artigo 4.º (Bandeira e Brasão).....	8
Artigo 5.º (Dos Irmãos de Misericórdia).....	9
Artigo 6.º (Admissão e Readmissão) .....	9
Artigo 7.º (Deveres) .....	10
Artigo 8.º (Direitos) .....	11
Artigo 9.º (Infração, Sanção e processo Disciplinar) .....	12
Artigo 10.º (Perda da qualidade de Irmão) .....	12
Artigo 11.º (Exclusão) .....	13
Artigo 12.º (Atividade espiritual e religiosa) .....	13
Artigo 13.º (Corpos Sociais).....	14
Artigo 14.º (Mandato Social) .....	14
Artigo 15.º (Exclusividade, Inelegibilidade e Impedimentos) .....	14
Artigo 16.º (Condição do Exercício do cargo).....	15
Artigo 17.º (Forma de Obrigar) .....	15
Artigo 18.º (Responsabilidade dos Titulares) .....	16
Artigo 19.º (Deliberação e Atas).....	16
Artigo 20.º (Estatuto e Composição da Mesa da Assembleia Geral) .....	17
Artigo 21.º (Competência da Assembleia Geral).....	17
Artigo 22.º (Reuniões da Assembleia Geral) .....	19
Artigo 23.º (Forma de convocação).....	20
Artigo 24.º (Quórum e Funcionamento) .....	21
Artigo 25.º (Voto e Representação dos Irmãos).....	21
Artigo 26.º (Mesa Administrativa).....	21
Artigo 27.º (Competências da Mesa Administrativa).....	22
Artigo 28.º (Competências dos membros da Mesa Administrativa).....	24
Artigo 29.º (Funcionamento).....	25
Artigo 30.º (Conselho Fiscal) .....	25



+ A. J. ...  
B. ...

Artigo 31.º (Competência do Conselho Fiscal).....	26
Artigo 32.º (Funcionamento).....	27
Artigo 33.º (Conselho Consultivo) .....	27
Artigo 34.º (Processo e Matérias de natureza Eleitoral) .....	27
Artigo 35.º (Património) .....	28
Artigo 36.º (Rendimentos) .....	28
Artigo 37.º (Gastos) .....	29
Artigo 38.º (Beneméritos e Honorários) .....	30
Artigo 39.º (Extinção) .....	30
Artigo 40.º (Dúvidas e omissões) .....	31
Artigo 41.º (Norma transitória) .....	31
Anexo.....	33

*+ A. J. ...*  
*...*  
*...*  
*...*

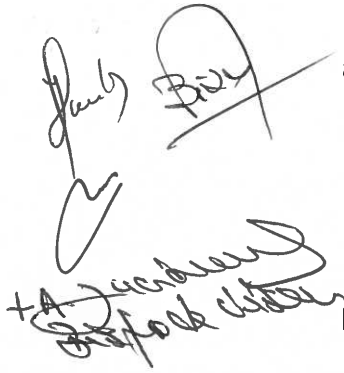
# Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de São Pedro do Sul (Estatutos)

## Artigo 1.º (Denominação, Sede, Fim e Natureza Jurídica)

1. A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de São Pedro do Sul, também comumente designada por Misericórdia de São Pedro do Sul (de ora em diante abreviadamente denominada de MSPS), instituída no ano de 1875 (Primeiros Estatutos), tem a sua sede na Rua da Misericórdia, n.º6 |3660-474 São Pedro do Sul, é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristã.
2. Em conformidade com a sua ereção canónica, a Santa Casa da Misericórdia encontra-se sujeita ao regime especial decorrente do compromisso celebrado entre a União das Misericórdias Portuguesas e a conferência Episcopal Portuguesa, assinado em 2 de Maio de 2011 (de ora em diante designado abreviadamente por Compromisso CEP/UMP) ou de documento bilateral que o substitua, o qual se consubstancia no Decreto-Geral interpretativo da Conferência Episcopal Portuguesa, da mesma data.
3. A Santa Casa da Misericórdia tem, também, reconhecida a sua personalidade jurídica civil, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, pelo que é considerada uma entidade da economia social, nos termos da respetiva lei de bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

## Artigo 2.º (Âmbito, Duração e Princípios)

1. A MSPS, constituída por tempo indeterminado, tem a sua sede e exerce a sua ação no Município de São Pedro do Sul, aí podendo estabelecer delegações.
2. A MSPS pode igualmente estender a sua ação aos municípios limítrofes ao da sua sede ou outros, no âmbito da sua ação de agente de desenvolvimento local, podendo também aí estabelecer delegações.
3. Sem quebra da sua autonomia e independência e dos princípios que a criaram e orientam, a MSPS poderá, com vista à melhor realização dos seus fins:

Handwritten signatures and initials in the top left corner, including a large signature and several smaller ones, some with a plus sign.

- a. Negociar e celebrar acordos e parcerias com o Estado Português, com as Autarquias Locais, com outras Irmandades da Misericórdia, com Instituições Particulares de Solidariedade Social e com outras entidades nacionais ou estrangeiras empenhadas na prática da solidariedade social e da caridade cristã;
  - b. Aceitar a cooperação de outras entidades públicas ou particulares;
  - c. Empenhar-se em promover a colaboração e o melhor entendimento com as autoridades e a população locais em tudo o que respeitar à manutenção e desenvolvimento das obras sociais, existentes ou a criar, designadamente através de atuações de carácter dinamizador e educativo, social e cultural.
4. A MSPS poderá constituir associações, uniões, federações e confederações com outras Santas Casas da Misericórdia, instituições do sector da economia social, entidades do sector público e organizações do sector privado, para criar ou manter, de forma regular e permanente, serviços ou equipamentos de utilização comum e desenvolver ações sociais de responsabilidade partilhada.
  5. A MSPS pode integrar a União das Misericórdias Portuguesas, com todos os deveres e direitos inerentes a tal condição.

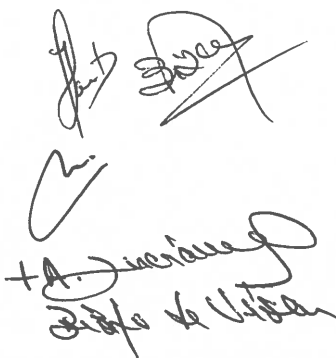
### Artigo 3.º (Objeto Social)

1. Para concretização do seu fim, a Misericórdia pode conceder bens e desenvolver atividades de intervenção social, designadamente de:
  - a. Apoio à infância, juventude;
  - b. Apoio a crianças e jovens em perigo;
  - c. Apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e a vítimas de violência doméstica;
  - d. Apoio à família e comunidade em geral;
  - e. Apoio à integração social e comunitária;
  - f. Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de hospitais, unidades de cuidados primários de saúde e tratamentos de doenças de foro mental

ou psiquiátrico e de demências, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa;

- g. Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não;
- h. Promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulheres;
- i. Habitação e turismo social;
- j. Empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluídos nas alíneas precedentes, desde que enquadráveis no âmbito da economia social, isto é, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição;
- k. Atividade agrícola.

2. No aspeto religioso, sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia e de S.to António, seu padroeiro, a Irmandade da Misericórdia manterá o culto divino na sua Igreja, Capelas e Oratórios e exercerá as atividades que constarem deste compromisso e as mais que vierem a ser consideradas convenientes.
3. A MSPS pode, ainda, prosseguir, de modo secundário ou instrumental, outras atividades, a título gratuito ou geradoras de fundos, para garantir a sua sustentabilidade económico-financeira, por si ou em parceria, desde que permitidas por lei e deliberadas pela Assembleia Geral. A Misericórdia pode também criar fundações pias, autónomas, canonicamente eretas.
4. Quando cumpra os critérios definidos pelo Regulamento n.º 346/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril, e pela Lei n.º 18/2015 de 4 de março ou diplomas que lhes venham a suceder sobre atividades secundárias e instrumentais, a MSPS assume a natureza de empresa social ou sociedade de empreendedorismo social, para os efeitos aí definidos.
5. Para a promoção dos seus fins compromissórios, a MSPS apoia e incentiva o voluntariado, promovendo a cooperação e a ética na responsabilidade.
6. Decorrente dos números anteriores, sem prejuízo de constituição de novas respostas sociais assentes no seu objeto social, a MSPS desenvolve as seguintes respostas sociais tipificadas e não tipificadas:
  - a. ERPI (Estrutura Residencial para Idosos) - Lar de Idosos (Casa da Quinta);
  - b. ERPI - Lar de Grandes Dependentes;



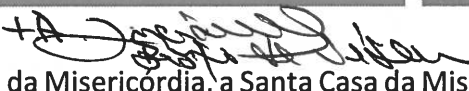
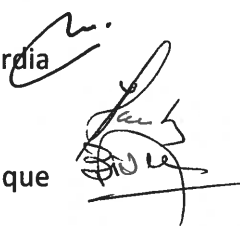
Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to read 'A. ...' and another that reads '... de ...'.

- c. SAD - Serviço de Apoio Domiciliário;
- d. CD - Centro de Dia (Casa das Amoreiras);
- e. Creche;
- f. Pré-Escolar;
- g. CATL - Centro de Atividades e Tempos Livres;
- h. Cantina Social;
- i. BAT - Banco de Ajudas Técnicas;
- j. Horta Comunitária.

#### Artigo 4.º (Bandeira e Brasão)

1. A Bandeira é símbolo representativo da MSPS, tem fundo amarelo-torrado, igual ao brasão, selo (reprodução do brasão, sem os dizeres laterais) ao centro e as inscrições horizontais de Misericórdia de Santo António, por cima do selo e São Pedro do Sul, por baixo do selo. A sua largura tem uma proporção de 2:3 do comprimento.
2. O Brasão é composto por um único escudo ovalizado, com as seguintes características:
  - a. Dois limites de escudo, um a preto e outro a branco, com fundo amarelo-torrado, significando, respetivamente, o seu carácter minimalista e a luz, calor, prosperidade e felicidade.
  - b. Inscrição, nas laterais, de Misericórdia de Santo António – São Pedro do Sul.
  - c. No centro do escudo tem presença a figura de Santo António, como representação do padroeiro da Instituição; a coroa régia, representando a origem régia da instituição, sob a qual está um escudete com uma cruz latina, representando o símbolo sagrado do Redentor, sustento e conforto dos doentes e desprotegidos, uma caveira com duas tíbias passadas em cruz, representando a morte, para a qual a Misericórdia proporciona conforto espiritual e as Armas de Portugal, representando o carácter Nacional das misericórdias.
  - d. Como suporte, há a presença das mãos abertas em “V”, significando a caridade, o apoio sempre presente da força humana da instituição.



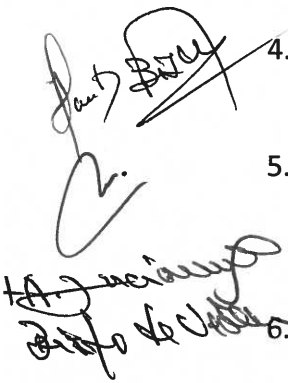
- 
- 
3. Além da sua Bandeira, denominada da Misericórdia, a Santa Casa da Misericórdia usa os trajes habituais, designados por Opas.
  4. A Assembleia Geral poderá deliberar a utilização de qualquer outro símbolo que se venha a entender por conveniente para a prossecução dos fins sociais.
  5. Incorpora-se em anexo esquema da Bandeira e Brasão.

#### **Artigo 5.º (Dos Irmãos de Misericórdia)**

1. Constituem a Irmandade da MSPS todos os seus atuais irmãos e os que, de futuro, nela venham a ser admitidos.
2. O número de Irmãos é ilimitado, devendo representar a comunidade em que se insere e deve ser recomendada a sua admissão por outro irmão.,

#### **Artigo 6.º (Admissão e Readmissão)**

1. Podem ser admitidos como irmãos os indivíduos de ambos os sexos que reúnam as seguintes condições:
  - a. Sejam maiores de idade;
  - b. Sejam naturais ou residentes no Município de sede da Irmandade da Misericórdia ou a ela estejam ligados por laços de afetividade;
  - c. Gozem de boa reputação moral e social;
  - d. Aceitem os princípios da doutrina e da moral cristãs e revelem, pela sua conduta social ou pela sua atividade pública, respeito pela fé católica e os seus fundamentos;
  - e. Se comprometam ao pagamento de uma joia de entrada e de uma quota mínimas, de valores e periodicidade aprovados em Assembleia Geral.
2. A admissão dos Irmãos é feita mediante proposta assinada por um Irmão e pelo próprio candidato, em que este se identifique, se comprometa a cumprir as obrigações de Irmão e indique o montante da joia (caso seja devida) e da quota que subscreve.
3. Tal proposta será submetida à apreciação e deliberação da Mesa Administrativa numa das suas reuniões ordinárias posteriores à apresentação nos serviços Administrativos da Irmandade da Misericórdia, no prazo impreterível de sessenta dias.

- 
4. Serão admitidos os candidatos que reúnam as condições legais e compromissórias.
  5. Da rejeição da proposta de admissão cabe recurso para a Assembleia Geral, a interpor conjuntamente pelo irmão e pelo candidato no prazo de trinta dias seguidos a contar da notificação.
  6. A admissão de novos Irmãos terá efeito compromissório e legal depois de comunicada a admissão e logo que, no prazo máximo de 30 dias seguidos a contar da receção da comunicação, procedam ao pagamento da joia, caso seja, devida e respetiva quota.
  7. O pagamento da joia de irmão é devido com efeitos reportados ao primeiro dia do ano da respetiva admissão.
  8. A readmissão de Irmãos obedece aos mesmos termos da admissão, pressupondo ainda a regularização do ou dos fatores que levaram à sua exclusão/saída.

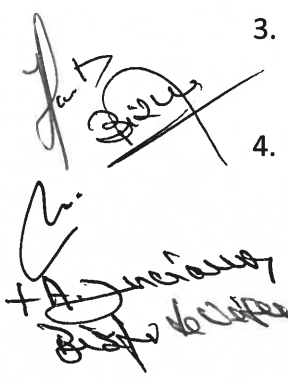
#### Artigo 7.º (Deveres)

1. Todos os irmãos são obrigados:
  - a. A honrar, defender e proteger a MSPS em todas as circunstâncias, em especial quando ela for injustamente acusada ou atacada no seu carácter de Instituição particular e eclesial, procedendo com reta intenção e ao serviço da verdade e do bem comum, com o pensamento em Deus, nos Irmãos e nos Beneficiários;
  - b. A observar, cumprir e fazer cumprir as disposições compromissórias e regulamentares da Misericórdia;
  - c. A desempenhar com zelo e dedicação os lugares dos Órgãos Sociais para os quais tiverem sido eleitos;
  - d. A não cessar a atividade nos cargos sociais para que foram eleitos sem prévia participação escrita e fundamentada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
  - e. A colaborar no progresso e desenvolvimento da Misericórdia, de modo a prestigiá-la e a torná-la cada vez mais respeitada, eficiente e útil;
  - f. A divulgar os fins e atividade prosseguidos pela MSPS, com vista a promover o incremento da atividade voluntária e do número de Irmãos, bem como a angariação de donativos e patrocínio de causas promovidos pela Mesa Administrativa ou por ela aprovados;

- + A Misericórdia de São Paulo
- g. A comparecer, sempre que possível, nos atos oficiais e nas solenidades e cerimónias religiosas ou públicas que a Misericórdia promova ou para as quais haja sido convidada;
  - h. Ao pagamento pontual da joia e da quota social, excetuando-se, quanto a esta ultima, os que tiverem cargos efetivos nos órgãos sociais ou neles houverem servido durante dois mandatos.
  - i. A manter atualizados os seus dados pessoais e de contacto.

### Artigo 8.º (Direitos)

1. Todos os irmãos têm direito:
  - a. A participar e votar nas reuniões da Assembleia Geral;
  - b. A eleger e ser eleitos para Órgãos Sociais, contanto que, no mínimo até 31 de dezembro do ano anterior, façam parte da Misericórdia há mais de um ano contado da data de admissão referida no n.º 6 do artigo 6.º e tenham cumprido todos os deveres previstos no compromisso;
  - c. A recorrer para a Assembleia Geral das irregularidades ou infrações graves ao presente compromisso;
  - d. A requerer a convocação de assembleias gerais extraordinárias, nos termos do artigo 22.º, n.º 4, alínea b), do compromisso, sem prejuízo do recurso canónico para o Bispo Diocesano;
  - e. A requerer, por escrito e com fundado interesse atendível, informação sobre a atividade e gestão da Misericórdia, mediante pagamento dos respetivos custos;
  - f. A visitar, gratuitamente e com acordo prévio, as obras e serviços sociais da Misericórdia e a utilizá-los, com observância dos respetivos regulamentos;
  - g. A ser sufragados, após a morte, com os atos religiosos previstos no compromisso;
  - h. A receber um exemplar deste compromisso e o cartão de identificação, bem como a manter, devidamente atualizado, o seu número de Irmão;
  - i. A solicitar a exoneração da qualidade de Irmão.
2. Os irmãos não podem votar nas deliberações da Assembleia Geral em que forem, direta ou pessoalmente, interessados.

- 
3. A inobservância dos requisitos de capacidade eleitoral passiva previstos na alínea b), do n.º 1, determina a nulidade da eleição do candidato em causa.
  4. Sem prejuízo do disposto no artigo 15.º, n.º 2 do D.L. n.º 119/83 de 25 de fevereiro, os direitos dos Irmãos não podem ser reduzidos pelo facto de estes serem também trabalhadores ou beneficiários dos serviços prestados pela Irmandade da Misericórdia, salvo no que respeita ao voto nas deliberações respeitantes a condições e retribuições de trabalho, regalias sociais ou quaisquer direitos ou interesses que lhes digam respeito.

### **Artigo 9.º (Infração, Sanção e processo Disciplinar)**

1. Constitui infração disciplinar, punível com as sanções previstas no número seguinte, a violação grave e culposa pelo Irmão dos deveres consignados nas leis e no compromisso e nas disposições regulamentares aprovadas em Assembleia Geral.
2. Os Irmãos que incorrerem em responsabilidade disciplinar ficam sujeitos, consoante a natureza, a gravidade e o carácter danoso da infração, às seguintes sanções:
  - a. Advertência;
  - b. Suspensão até doze meses;
  - c. Exclusão.
3. A autoridade disciplinar reside na Mesa Administrativa;
4. A deliberação de aplicação de sanção disciplinar será sempre precedida da instauração de processo disciplinar pela Mesa Administrativa, individualizando-se por forma escrita as infrações imputadas, com audiência prévia e garantias de defesa por parte do Irmão em causa.
5. O processo disciplinar segue os termos previstos em Regulamento próprio, ou, não existindo este, no Código do Trabalho. Da decisão que aplique a sanção que não seja de exclusão, cabe recurso, em última instância, à Assembleia Geral, a interpor pelo irmão interessado no prazo de trinta dias seguidos a contar da competente notificação, devendo o mesmo ser votado em reunião ordinária ou extraordinária seguinte à sua interposição.

### **Artigo 10.º (Perda da qualidade de Irmão)**

1. Perdem a qualidade de Irmãos:

- a. Os que falecerem;
- b. Os que tiverem sido punidos com a pena de exclusão;
- c. Os que pedirem a respetiva exoneração;
- d. Os que deixarem de satisfazer as suas quotas por tempo superior a doze meses e que, depois de notificados por carta registada, não cumpram com esta obrigação ou não justifiquem a sua atitude no prazo de trinta dias.

+ A. J. ...  
Bispo de ...

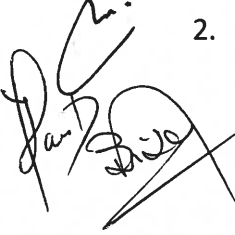
...  
...

### Artigo 11.º (Exclusão)

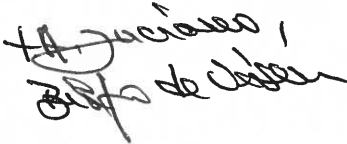
1. Poderão ser excluídos da Misericórdia os Irmãos que:
  - a. Não prestarem contas de valores que lhes tenham sido confiados;
  - b. Sem motivo justificado e atendível, se recusarem a servir os lugares dos Órgãos Sociais para que tiverem sido eleitos;
  - c. Perderem a reputação moral ou social, com notoriedade publica que afete o bom nome e missão da Misericórdia.
  - d. Os que, voluntariamente, causarem danos à Misericórdia ou concorram, direta e culposamente, para o seu desprestígio;
  - e. Tomarem publicamente atitudes hostis à fé católica.
2. Sem prejuízo do recurso canónico, da deliberação que aplique a sanção disciplinar de exclusão cabe recurso, com efeito suspensivo, para a Assembleia Geral, a interpor pelo irmão interessado no prazo de trinta dias seguidos a contar da competente notificação. O recurso da deliberação de sanção disciplinar de exclusão deve ser votado em reunião ordinária ou extraordinária até noventa dias após a sua interposição.
3. O Irmão que por qualquer forma deixar de pertencer à Irmandade da Misericórdia não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao período em que foi irmão.

### Artigo 12.º (Atividade espiritual e religiosa)

1. Nas diversas obras sociais e serviços da Misericórdia poderá haver assistência espiritual e religiosa e, para tal, sendo possível, um Capelão privativo provido pelo Bispo diocesano, sob apresentação da Mesa Administrativa.



2. A Capela da Santa Casa da Misericórdia e outros templos religiosos são destinadas ao exercício do culto divino e neles se realizarão, sempre que possível, os seguintes atos:

- 
- a. Missa semanal da Santa Casa da Misericórdia;
  - b. Uma missa de sufrágio por alma de cada Irmão falecido;
  - c. A festa anual da visitação em honra do Padroeiro Santo António;
  - d. As cerimónias litúrgicas de Semana Santa;
  - e. Missa no mês de novembro de cada ano por alma de todos os Irmãos, Beneméritos e Benfeitores falecidos;
  - f. A celebração de outros atos de culto que constituam encargos aceites.

#### **Artigo 13.º (Corpos Sociais)**

1. São Corpos Gerentes ou Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal.

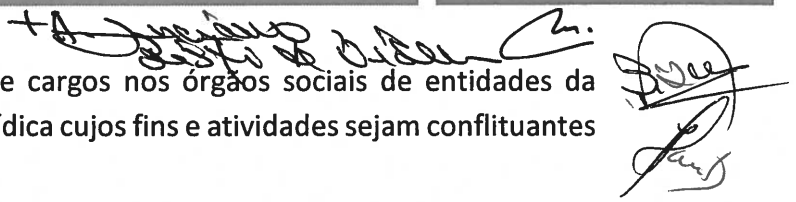
#### **Artigo 14.º (Mandato Social)**

1. O mandato social tem a duração de quatro anos e inicia-se com a tomada de posse.
2. Os titulares dos órgãos mantêm-se até à posse dos novos titulares.
3. O exercício do mandato dos titulares dos órgãos só pode ter início após a respetiva tomada de posse, a qual é dada pelo presidente cessante da mesa da Assembleia Geral até ao 30.º dia posterior ao da eleição.
4. O Provedor só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.
5. Incumbe aos Órgãos Sociais cessantes fazer a entrega de todos os valores, documentos, inventários e arquivo da Misericórdia aos Órgãos eleitos para novo mandato e até à posse destes, bem como informá-los com rigor de todas as circunstâncias relevantes que se possam repercutir na execução do mandato social.

#### **Artigo 15.º (Exclusividade, Inelegibilidade e Impedimentos)**

1. Aos titulares dos Órgãos Sociais não é permitido o desempenho simultâneo de mais de um cargo nos órgãos sociais na MSPS, assim como não é permitido o

desempenho em simultâneo de cargos nos órgãos sociais de entidades da mesma ou idêntica natureza jurídica cujos fins e atividades sejam conflitantes com os da Misericórdia.



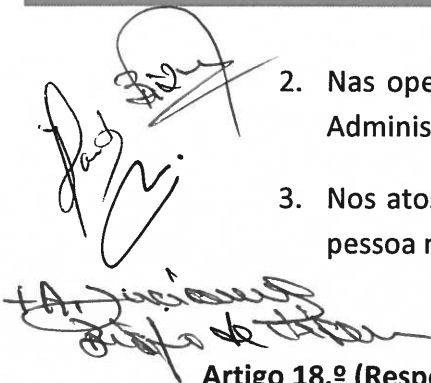
2. Entre os membros da Mesa Administrativa e/ou os membros do Conselho Fiscal não pode haver laços de parentesco ou afinidade no primeiro grau da linha reta ou no segundo grau da linha colateral, bem como matrimoniais ou uniões equiparadas.
3. Os titulares dos Órgãos Sociais estão impedidos de votar em assuntos que digam diretamente respeito à sua pessoa ou nos quais sejam interessados os respetivos cônjuges ou pessoas com quem vivam em condições análogas às dos cônjuges ou qualquer familiar em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral.
4. Os titulares da Mesa Administrativa não podem contratar direta ou indiretamente com a MSPS, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a mesma.
5. A Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da MSPS.
6. O cargo do presidente do Conselho Fiscal não pode ser exercido por trabalhadores da MSPS.
7. Para além doutras incapacidades previstas na lei, não podem exercer funções nos Órgãos Sociais os Irmãos que mantenham com a MSPS litígio judicial.

#### **Artigo 16.º (Condição do Exercício do cargo)**

1. O exercício de qualquer cargo nos Órgãos Sociais é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.
2. Em caso algum podem os titulares dos Órgãos Sociais da Misericórdia de São Pedro do Sul ser remunerados.

#### **Artigo 17.º (Forma de Obrigar)**

1. A Santa Casa da Misericórdia fica obrigada com as assinaturas conjuntas do Provedor e do Tesoureiro, sendo que nas faltas ou impedimentos do Provedor este é substituído pelo Vice-Provedor e nas faltas ou impedimentos do Tesoureiro, este é substituído pelo Vice-Provedor ou Secretário.

- 
2. Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas de quem a Mesa Administrativa deliberar.
  3. Nos atos de mero expediente bastará a assinatura do Provedor ou de outra pessoa nomeada para o efeito.


#### **Artigo 18.º (Responsabilidade dos Titulares)**

1. Os titulares dos Órgãos Sociais não podem abster-se de votar nas reuniões dos respetivos Órgãos Sociais a que estiverem presentes e são responsáveis, civil e criminalmente, pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.
2. Além de outros motivos legalmente previstos, os membros dos Órgãos Sociais ficam exonerados de responsabilidades se:
  - a. Não tiverem tomado parte na respetiva deliberação ou resolução e a reprovarem, em declaração exarada na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes depois de dela terem conhecimento;
  - b. Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na respetiva ata.
3. Sem prejuízo do disposto no Código Civil, os Mesários são solidariamente responsáveis pela administração e gestão da Irmandade e, bem assim, pelos prejuízos causados por atos e omissões de gestão praticados pela Mesa Administrativa ou por algum dos seus membros quando, tendo conhecimento de tais atos ou omissões, bem como do propósito de os praticar, não suscitarem a intervenção da Mesa e/ou do Conselho Fiscal no sentido de tomar as medidas adequadas.

#### **Artigo 19.º (Deliberação e Atas)**

1. A Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
2. Quando o Compromisso ou a lei não exijam maioria qualificada, as deliberações dos Órgãos Sociais são tomadas por maioria dos votos dos presentes.
3. As votações respeitantes às eleições dos Órgãos Sociais ou à apreciação do mérito e das características específicas de pessoas são feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.



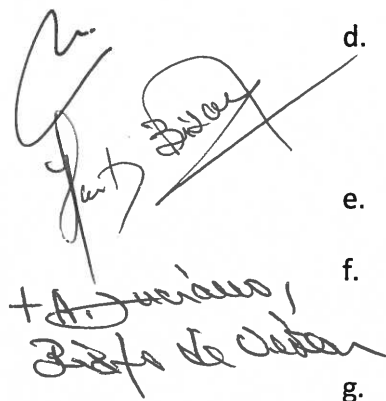
- + A. [Handwritten signature]
4. De cada reunião dos Órgãos Sociais lavrar-se-á ata, descrevendo sumária e fielmente o que se passou e deliberou, assinada por todos os membros presentes ou, quando respeite à Assembleia Geral, pelos membros da respetiva Mesa.
  5. A ata será aprovada no início da reunião seguinte ou em minuta na própria reunião, podendo no caso de sessão da Assembleia Geral ser outorgada à respetiva Mesa um voto de confiança para a sua aprovação.
- 

#### **Artigo 20.º (Estatuto e Composição da Mesa da Assembleia Geral)**

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os Irmãos no pleno gozo dos seus direitos associativos e compromissórios, nela residindo o poder soberano deliberativo da MSPS.
2. A Assembleia Geral é dirigida pela respetiva Mesa, composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, à qual compete representar a Assembleia, bem como garantir o funcionamento democrático da MSPS.
3. Na falta ocasional de qualquer dos membros da Mesa, competirá à Assembleia Geral designar os respetivos substitutos de entre os Irmãos presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.
4. No caso de renúncia ou de falta permanente de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral, a Assembleia procede à sua recomposição por voto secreto, completando o membro designado o mandato social.

#### **Artigo 21.º (Competência da Assembleia Geral)**

1. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou compromissórias dos outros órgãos e, necessariamente:
  - a. Definir as linhas fundamentais de atuação da MSPS;
  - b. Acompanhar a atuação dos demais Órgãos Sociais, zelando pelo cumprimento das disposições e princípios compromissórios e legais;
  - c. Apreciar, discutir e votar o relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior, bem como o Plano de atividades e Orçamento, de Exploração Previsional e Investimentos, propostos pela Mesa Administrativa para o exercício seguinte, além de revisões orçamentais, sempre sob parecer do Conselho Fiscal;




Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top left and several smaller ones below it, some with a plus sign.

- d. Apreciar e deliberar sobre a alteração deste compromisso e sobre a extinção, cisão ou fusão da MSPS, sem prejuízo das formalidades Canónicas.
  - e. Eleger os Órgãos Sociais ou alguns dos seus membros;
  - f. Destituir a totalidade ou parte dos membros da respetiva Mesa e os membros da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal;
  - g. Apreciar e deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
  - h. Autorizar, sob proposta da Mesa Administrativa e parecer do Conselho Fiscal, a realização de financiamentos e mútuos onerosos de valor superior a 50.000,00€ (cinquenta mil Euros e zero cêntimos);
  - i. Autorizar o Provedor, ou quem o substitua, a demandar os membros dos Órgãos Sociais por atos ilícitos praticados no exercício das suas funções;
  - j. Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações;
  - k. Deliberar a utilização de qualquer outro símbolo que se venha a entender por conveniente para a prossecução dos fins sociais, bem como a alteração ou atualização dos atuais símbolos e brasão;
  - l. Aprovar os regulamentos Eleitoral previsto no artigo 25.º n.º 3, disciplinar previsto no artigo 9.º n.º 5, e do Conselho Consultivo, previsto no n.º 2 do artigo 33.º deste compromisso, sob proposta da Mesa Administrativa;
  - m. Apreciar e deliberar sobre os recursos interpostos das deliberações ou resoluções da Mesa Administrativa que lesem direta e gravemente os direitos de Irmão;
  - n. Fixar, sob proposta da Mesa Administrativa, os valores mínimos da joia de admissão e da quota a pagar pelos Irmãos, bem como a periodicidade e forma de pagamento.
  - o. Deliberar, sob proposta da Mesa Administrativa, a atribuição da qualidade de Irmão Honorário ou Benemérito.
2. A deliberação da Assembleia Geral sobre o exercício do direito de ação civil ou penal contra os membros dos Órgãos Sociais e mandatários, incluindo quem representa a Misericórdia nessa mesma ação, pode ser tomada na Assembleia Geral convocada para apreciação do Relatório de Atividades e Contas do


Exercício do ano anterior, mesmo que a respectiva proposta não conste da ordem de trabalhos.

*+ A Assembleia, mesmo que a respectiva proposta não conste da ordem de trabalhos.*



### Artigo 22.º (Reuniões da Assembleia Geral)

1. As reuniões da Assembleia Geral são ordinárias e extraordinárias.
2. A Assembleia Geral reúne ordinariamente:
  - a. No mês de dezembro do final de cada mandato, para a eleição dos Órgãos Sociais;
  - b. Até 31 de março de cada ano, para apreciar, discutir e aprovar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior e do parecer do órgão de fiscalização, devendo estes documentos estar acessíveis para consulta dos Irmãos, na sede e, caso exista, no sítio institucional, logo que a convocatória seja expedida, nos termos Estatutários;
  - c. Até 30 de novembro de cada ano, para apreciar, discutir e aprovar o Plano de Atividades e Orçamento, de Exploração Previsional e Investimentos, para o ano seguinte, e o parecer do Órgão de Fiscalização, documentos estes que igualmente devem estar acessíveis para consulta dos Irmãos, nas mesmas condições de modo, tempo e lugar previstas na alínea anterior.
3. Contrariamente ao que sucede nas reuniões extraordinárias, em que apenas podem ser tratados os assuntos expressamente referidos nas convocatórias, nas reuniões ordinárias podem ser tratados assuntos não previstos na respetiva ordem de trabalhos, mas sem poder deliberativo, salvo se estiverem presentes ou representados na reunião todos os Irmãos no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com o aditamento.
4. A Assembleia Geral reúne extraordinariamente:
  - a. Quando regularmente convocada por iniciativa do respetivo Presidente ou a pedido do Provedor, da Mesa Administrativa ou do Conselho Fiscal;
  - b. A Requerimento subscrito por um mínimo de 10% dos Irmãos no pleno gozo dos seus direitos associativos e compromissórios, indicando com precisão os assuntos a incluir na ordem de trabalhos.
5. As deliberações a que se refere a alínea g), do n.º 1, do artigo 21.º obedecem às seguintes regras:

- 
- a. A alienação ou oneração dos bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico será feita nos termos do Compromisso e da lei, por valor que, em princípio, não poderá ser inferior ao de eventual avaliação solicitada a perito oficial reconhecido em serviços públicos;
  - b. A alienação de ex-votos que tenham sido oferecidos à Irmandade da Misericórdia ou de coisas preciosas em razão da arte ou da história religiosas depende de licença eclesiástica;
  - c. A Oneração ou alienação de bens afetos a atividades religiosas depende de autorização prévia do Bispo diocesano.

6. As deliberações da Assembleia Geral sobre as matérias constantes das alíneas d), i), j), do n.º 1, do artigo 21.º, só serão validas se obtiverem o voto favorável de pelo menos 2/3 dos votos expressos.
7. No caso da alínea d), do n.º 1, do artigo 21.º, a extinção da Santa Casa da Misericórdia não terá lugar se, pelo menos, um número de Irmãos igual ao dobro dos membros dos Órgãos Sociais se declarar disposto a assegurar a permanência da Instituição, qualquer que seja o número de votos contra.

#### **Artigo 23.º (Forma de convocação)**

1. A Assembleia Geral é convocada com, pelo menos 15 dias de antecedência, pelo Presidente da Mesa ou pelo seu substituto.
2. A convocatória é afixada na sede da MSPS e é, também, feita pessoalmente, por meio de aviso postal expedido para cada associado ou correio eletrónico.
3. Deve ainda ser dada publicidade à convocatória das Assembleias Gerais nas publicações da MSPS, no seu sítio institucional e em aviso afixado em locais de acesso ao público nas instalações e estabelecimentos da MSPS.
4. Da convocatória deve constar o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião.
5. A decisão de convocação da Assembleia Geral extraordinária deve ocorrer no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento e a reunião deve realizar-se no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da receção do pedido ou requerimento.
6. A comparência de todos os irmãos na sessão sanciona quaisquer irregularidades na convocatória da Assembleia Geral, desde que nenhum deles se oponha à realização da Assembleia Geral.

**Artigo 24.º (Quórum e Funcionamento)**

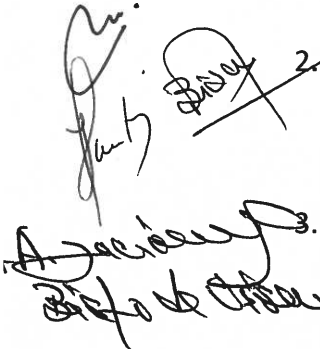
1. A Assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto, ou 30 minutos depois, com qualquer número de presenças, desde que tal cominação seja determinada na convocatória.
2. A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos Irmãos só poderá reunir com a presença mínima de três quartos dos requerentes, a cuja chamada se deve proceder, logo que for aberta a sessão.
3. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas em observância com do disposto nos artigos 20.º e 23.º do Compromisso.

**Artigo 25.º (Voto e Representação dos Irmãos)**

1. Na Assembleia Geral cada Irmão dispõe de um voto.
2. O voto em representação é admitido nos atos eleitorais, nos seguintes termos:
  - a. Tanto o representante como o representado têm de ser Irmãos no pleno uso dos seus direitos;
  - b. Cada Irmão só pode assumir uma representação;
  - c. Sem prejuízo da identificação e verificação da capacidade individual do representante, este deve ainda demonstrar perante a Mesa da Assembleia Geral que tem poderes necessários para a representação e votação, exibindo e entregando procuração assinada pelo representado, autenticada ou que tenha apenas fotocópia do respetivo cartão de identificação.
3. É admitido o voto por correspondência, exclusivamente em reuniões destinadas a eleições dos órgãos sociais e nas condições previstas no Regulamento Eleitoral, se existente, devendo a assinatura do Irmão estar reconhecida nos termos da lei.

**Artigo 26.º (Mesa Administrativa)**

1. A Mesa Administrativa é o órgão de administração da MSPS, sendo composta, no mínimo, por cinco membros efetivos, dos quais um será o Provedor, e bem assim, no mínimo, três suplentes, correspondendo sempre os suplentes à metade dos membros efetivos arredondada para a unidade seguinte.



2. Logo que investidos no exercício das suas funções, os membros efetivos escolherão entre si o Vice-Provedor, o Secretário, o Tesoureiro e os Vogais, sob proposta do Provedor.

3. Os Irmãos suplentes podem ser chamados à colaboração da Mesa Administrativa quando for julgada conveniente a sua coadjuvação, caso em que têm direito a participar, mas sem direito a voto, ou quando se verifique impedimento dos efetivos.

4. Em caso de vacatura da maioria dos lugares da Mesa Administrativa, depois de esgotados os respetivos suplentes, chamados à efetividade pela ordem em que tiverem sido eleitos, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês.

5. O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.

6. A Mesa Administrativa pode delegar poderes de representação e administração para a prática de certos atos ou de certas categorias de atos em qualquer dos seus membros, em profissionais qualificados ao serviço da MSPS ou em mandatários.

#### Artigo 27.º (Competências da Mesa Administrativa)

1. Compete à Mesa administrativa representar a Misericórdia, incumbindo-lhe designadamente:

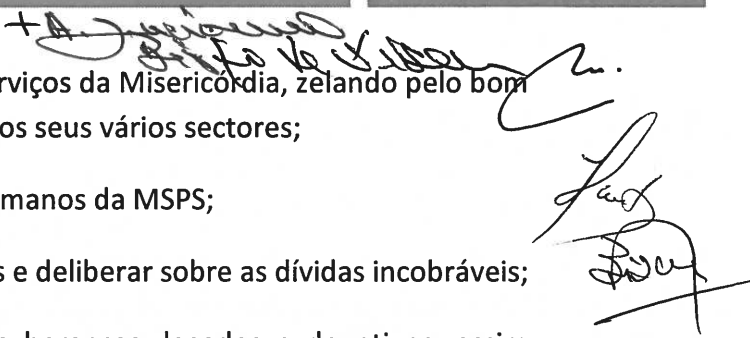
a. Praticar e promover as ações conducentes aos fins da MSPS, às suas obras e ao seu desenvolvimento;

b. Velar pela efetivação dos direitos dos beneficiários, bem como pelos privilégios, tradições e direitos da Misericórdia e, sobretudo, pela sua autonomia;

c. Executar e fazer executar as deliberações dos Órgãos Sociais da MSPS, assim como zelar pelo cumprimento deste Compromisso e dos regulamentos que o completem;

d. Deliberar sobre a admissão de Irmãos e aplicar as penas disciplinares de advertência, suspensão ou exclusão, nos termos do Compromisso;

e. Elaborar anualmente os documentos previstos no artigo 22.º, n.º2, alíneas b) e c), deste Compromisso, a fim de ser submetido a parecer do Conselho Fiscal e deliberação da Assembleia Geral;

- 
- f. Administrar os bens, obras e serviços da Misericórdia, zelando pelo bom funcionamento e organização dos seus vários sectores;
- g. Contratar e gerir os recursos humanos da MSPS;
- h. Cobrar receitas, saldar despesas e deliberar sobre as dívidas incobráveis;
- i. Deliberar sobre a aceitação de heranças, legados e donativos, assim como sobre a angariação de fundos, mediante donativos ou subscrições, por intermédio de Irmãos individual ou coletivamente;
- j. Constituir grupos de trabalho, estudo e reflexão, com objetivo de melhorar e desenvolver as atividades sociais da MSPS, designadamente, através da divulgação do seu espírito, da sua obra, dos seus propósitos, das suas iniciativas e das suas realizações e necessidades, perante as populações locais, mediante encontros, reuniões e festividades de carácter local e cultural;
- k. Deliberar, nos termos da lei, sobre o arrendamento, comodato ou cessão de exploração de bens imóveis da Misericórdia, em razão de procedimento julgado mais conveniente, fundamentado em ata, sendo que os preços e valores aceites não podem ser inferiores aos que vigorarem no mercado, de harmonia com os valores estabelecidos em peritagem solicitada a perito oficial reconhecido em serviços públicos, exceto se se tratar de arrendamentos para habitação, que seguem o regime geral sobre arrendamentos, salvo ponderações de ordem social;
- l. Anualmente e após a sua aprovação pela Assembleia Geral, enviar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior, bem como o Plano de Atividades e Orçamento, de Exploração Previsional e Investimentos, para o exercício seguinte, para a Segurança Social, podendo dar conhecimento das atividades religiosas previstas ao Bispo Diocesano;
- m. Elaborar o cadastro-inventário do património, móvel e imóvel, e dos valores da MSPS, mantendo-o permanentemente atualizado;
- n. Deliberar sobre pleitos a intentar ou a contestar, assim como sobre transações, confissões ou desistências.
2. A mesa Administrativa pode ainda:
- a. Delegar a coordenação dos diversos serviços e respostas sociais, bem como as competências que entender, em qualquer dos seus membros, em profissionais qualificados ao seu serviço ou em mandatários.



- + A. J. ...*  
b. Delegar poderes de gestão numa comissão executiva, constituída pelo Provedor, que preside, por um Mesário e um terceiro elemento colaborador da MSPS.

### **Artigo 28.º (Competências dos membros da Mesa Administrativa)**

1. Compete ao Provedor, entre outras atribuições:
  - a. Superintender, diretamente ou por intermédio das pessoas para tal efeito nomeadas, na administração da Misericórdia, orientando e fiscalizando os respetivos serviços e respostas sociais;
  - b. Convocar e presidir às reuniões da Mesa Administrativa, dirigindo os respetivos trabalhos;
  - c. Exercer a representação da Misericórdia, em juízo e fora dele;
  - d. Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar os livros de atas da Mesa Administrativa;
  - e. Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Mesa Administrativa conjuntamente com o Secretário;
  - f. Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Mesa Administrativa na primeira reunião seguinte;
  - g. Assinar a correspondência, ordens de pagamento e os recibos comprovativos de arrecadação de receitas;
  - h. Delegar quaisquer dos seus poderes em outros membros da Mesa Administrativa;
  - i. Fazer executar as deliberações da Assembleia Geral e da Mesa Administrativa e cumprir quaisquer outras obrigações inerentes ao seu cargo, ou que as leis vigentes ou o costume antigo lhe imponham.
2. Compete ao Vice-Provedor coadjuvar o Provedor no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos;
3. Compete ao Secretário, entre outras atribuições:
  - a. Superintender nos Serviços Administrativos e de Secretaria, bem como na organização dos arquivos da MSPS;



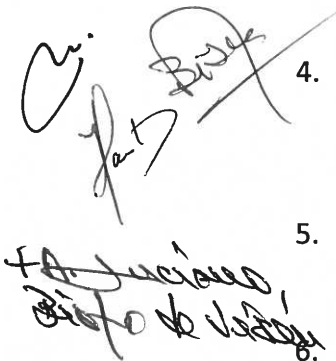
- + A Mesa Administrativa, o Tesoureiro, o Provedor, o Presidente e o Secretário*
- b. Lavrar as atas das reuniões da Mesa Administrativa e efetuar a inscrição dos Irmãos admitidos no respetivo livro ou registo informático que o substitua;
  - c. Prover e atualizar o expediente da MSPS;
4. Compete ao Tesoureiro, entre outras atribuições;
- a. Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria da MSPS;
  - b. Diligenciar pela prestação de informação mensal à Mesa Administrativa, através da apresentação de balancetes contabilísticos e de tesouraria;
  - c. Providenciar, regularmente, pelo fornecimento à Mesa Administrativa duma lista atualizada dos devedores;
  - d. Acompanhar a elaboração do inventário do património da Misericórdia, diligenciando pela sua permanente atualização.
5. Compete aos Vogais coadjuvar os restantes elementos da Mesa Administrativa e desempenhar as tarefas que lhes forem atribuídas.

#### **Artigo 29.º (Funcionamento)**

1. A Mesa Administrativa reúne sempre que o julgar conveniente, sob convocação do Provedor, por iniciativa deste ou da maioria dos seus membros, mas, obrigatoriamente, uma vez por mês.
2. As deliberações serão tomadas tendo em conta o disposto no artigo 19.º do Compromisso, tendo o Provedor direito a voto de qualidade, em caso de empate na votação.

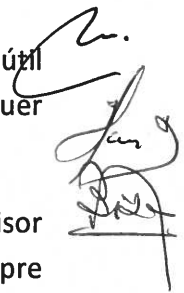
#### **Artigo 30.º (Conselho Fiscal)**

1. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da MSPS.
2. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.
3. Haverá, simultaneamente, três suplentes, que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos, podendo, até então e sem prejuízo disso, assistir às reuniões e tomar parte na discussão dos assuntos, mas sem direito a voto.

- 
4. Para o Conselho Fiscal devem ser escolhidos, preferencialmente, os Irmãos que possuam conhecimentos indispensáveis ao exercício dos seus poderes de fiscalização.
  5. Na hipótese de vacatura do cargo de Presidente, será o mesmo preenchido pelo Vice-Presidente e este pelo Secretário.
  6. Em caso de vacatura da maioria dos lugares do Conselho Fiscal, depois de esgotados os respectivos suplentes, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês.
  7. O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.

#### **Artigo 31.º (Competência do Conselho Fiscal)**

1. Compete ao Conselho Fiscal, entre outras, vigiar pelo cumprimento da lei e deste Compromisso e, designadamente:
  - a. Exercer a fiscalização sobre a ação da Mesa Administrativa, velando, designadamente, sobre o cumprimento do Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior, bem como o Plano de Atividades e Orçamento, de Exploração Previsional e Investimentos para o exercício seguinte;
  - b. Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da MSPS, bem como sobre os atos dos Órgãos Sociais, em especial nos domínios financeiros, económicos e patrimonial, sempre que o julgue conveniente;
  - c. Dar parecer sobre os documentos previstos no artigo 21.º, n.º 1, alínea c), bem como sobre qualquer outro assunto que os Órgãos Sociais submetam à sua apreciação;
  - d. Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões da Mesa Administrativa, quando para tal for convocado pelo Provedor;
  - e. Examinar e conferir os valores existentes nos cofres, sempre que o considere oportuno;
  - f. Verificar os balancetes da tesouraria, quando o entender;
  - g. Solicitar à Mesa Administrativa os elementos que considerar necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão, com aquele órgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique;

- + A. Juciano!  
Bela de Jato*
- h. Apresentar à Mesa Administrativa qualquer sugestão que considere útil para os melhores procedimentos de administração da MSPS ou qualquer proposta que vise a melhoria do regime de contabilidade usado.
2. O órgão de fiscalização pode ser integrado ou assessorado por um revisor oficial de contas ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas, sempre que o movimento financeiro da instituição o justifique.
- 

#### Artigo 32.º (Funcionamento)

1. O Conselho Fiscal reúne, ordinariamente, uma vez em cada trimestre, podendo reunir também, extraordinariamente, para apreciação de assuntos de carácter urgente, sob convocação do Presidente, por iniciativa deste ou da maioria dos seus membros
2. As deliberações serão tomadas tendo em conta o disposto no artigo 19.º deste Compromisso, tendo o Presidente direito a voto de qualidade, em caso de empate na votação.

#### Artigo 33.º (Conselho Consultivo)

1. A Mesa Administrativa poderá propor à Assembleia Geral a criação de um órgão de consulta da MSPS, com o objetivo de emitir parecer nas matérias de relevância Institucional colocadas à sua apreciação.
2. A composição, competência, organização e funcionamento do Conselho Consultivo reger-se-ão por regulamento aprovado pela Assembleia Geral.

#### Artigo 34.º (Processo e Matérias de natureza Eleitoral)

1. As eleições regem-se por este Compromisso, pelo direito canónico e pela lei civil.
2. A abertura do processo eleitoral para os Órgãos Sociais compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, cabendo à Mesa Administrativa a preparação do caderno eleitoral.
3. A eleição será feita por escrutínio secreto, à pluralidade de votos dos irmãos presentes, finda a qual o Presidente da Assembleia Geral anunciará os resultados e proclamará os eleitos, lavrando-se e assinando-se a respetiva ata. Os eleitos devem tomar posse em sessão que terá lugar em data que não

ultrapasse a primeira quinzena do ano civil imediato ao das eleições, reportando-se o início do mandato ao dia 1 de Janeiro.

4. As reclamações contra a lista ou listas de candidatura serão decididas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e da decisão deste cabe recurso canónico para o Bispo diocesano.

5. Todos os demais procedimentos de natureza eleitoral serão disciplinados em regulamento próprio, aprovado expressamente pela Assembleia Geral.
6. O contencioso eleitoral é da competência do Bispo diocesano, nos termos do Direito Canónico.
7. Em ponderadas circunstâncias extraordinárias e excepcionais, e após audiência prévia escrita do Presidente da Mesa da Assembleia Geral da MSPS no prazo perentório de 10 dias, o Bispo Diocesano poderá designar uma comissão administrativa por um período de tempo limitado, mas nunca superior a seis meses, para organizar e concluir o processo eleitoral e pôr em funcionamento regular os Órgãos Sociais da Misericórdia.

#### Artigo 35.º (Património)

1. O património da MSPS é constituído por todos os bens e direitos que integram o seu ativo, bem como pelos que venham a adquirir ou a receber por título legítimo.
2. As benemerências aos Órgãos Sociais ou a algum dos seus membros, na qualidade de representante da MSPS, são pertença desta.
3. A alienação ou oneração do património da Misericórdia obedece ao previsto nos artigos 21.º e 22.º deste Compromisso.
4. A MSPS deve aceitar heranças, legados ou doações, nos termos da lei, contanto que não fique a cumprir encargos que excedam as forças da herança ou do legado ou o ónus da doação e que não sejam contrários à lei.

#### Artigo 36.º (Rendimentos)

1. Constituem, nomeadamente, receitas da Santa Casa da Misericórdia:
  - a. As joias de inscrição e as quotas dos respetivos Irmãos;
  - b. As heranças, legados, doações e respetivos rendimentos;

- + *Artigo 37.º*  
*Artigo 37.º*
- c. Os subsídios, participações e compensações de entidades públicas, privadas e religiosas;
  - d. O produto da alienação de bens;
  - e. Os espólios móveis dos utentes que não forem legitimamente reclamados pelos herdeiros ou seus representantes, no prazo de um ano a contar do dia do falecimento, ou em prazo inferior se expressamente aprovado em Regulamento interno da Resposta Social frequentada pelos mesmos;
  - f. Os rendimentos de prestação de serviços desenvolvidas no âmbito dos fins compromissórios, bem como de outras atividades acessórias;
  - g. Os rendimentos de bens próprios;
  - h. O produto de campanhas de angariação de fundos e dos donativos particulares;
  - i. O produto de empréstimos;
  - j. Os rendimentos obtidos de investimentos financeiros;
  - k. O produto da venda de publicações sobre a história e atividades da MSPS;
  - l. Quaisquer outros rendimentos conformes com a lei, este Compromisso ou os Regulamentos.

### Artigo 37.º (Gastos)

1. As despesas da MSPS são de funcionamento e de investimento.
2. Constituem, nomeadamente, despesas de funcionamento:
  - a. As que resultam da execução do presente Compromisso;
  - b. As do exercício do culto e as que resultam do cumprimento de encargos da responsabilidade da MSPS;
  - c. As que assegurem a conservação e a reparação dos bens e a manutenção dos serviços, incluindo a retribuição de colaboradores e os encargos patronais;
  - d. As dos impostos, contribuições e taxas que oneram bens e serviços;
  - e. As quotizações devidas a entidades de que a MSPS seja associada;

f. As que resultam de despesas de representação e da deslocação de beneficiários, membros dos Órgãos Sociais e trabalhadores, quer em serviço da MSPS, quer para benefício dos próprios assistidos.

3. Constituem, nomeadamente, despesas de investimento:

- a. As despesas de construção e equipamento de novos edifícios, serviço e obras ou de ampliação dos já existentes;
- b. As despesas de aquisição de prédios rústicos e urbanos, veículos e outros equipamentos.

### Artigo 38.º (Beneméritos e Honorários)

1. Podem ser declarados Beneméritos da Irmandade da Misericórdia, sem no entanto assumirem a qualidade efetiva de Irmãos, pessoas ou entidades que, por lhe haverem efetuado donativos ou doações relevantes, sejam merecedoras de tal distinção.
2. Podem ser declarados Honorários da Irmandade da Misericórdia, sem no entanto assumirem a qualidade efetiva de Irmãos, pessoas ou entidades que, pelo seu mérito social ou em recompensa de relevantes serviços prestados, sejam merecedoras de tal distinção.
3. A declaração de Benemérito e Honorário compete à Assembleia Geral, mediante proposta da Mesa Administrativa, procedendo-se à sua inscrição em Livro especial próprio ou registo equiparado e passando-se-lhe o respetivo diploma.
4. Os Beneméritos e Honorários existentes à data de aprovação deste Compromisso manterão essa qualidade e gozarão dos direitos próprios, sem prejuízo de outros especiais que, entretanto, lhes tenham sido concedidos.

### Artigo 39.º (Extinção)

1. A extinção da MSPS processa-se nos termos das leis civil e canónica.
2. A Assembleia Geral só pode deliberar sobre a extinção, por maioria qualificada, na sequência de convocatória expressamente efetuada para o efeito, nos termos previstos no artigo 23.º do Compromisso.
3. A Assembleia Geral que deliberar a dissolução nomeará os liquidatários de entre os Irmãos presentes.

- + A Assembleia Geral de 25 de Novembro*
4. Em caso de extinção da MSPS, o remanescente dos respetivos bens, após os que tiverem o destino decorrente de vinculação legal ou compromissória específica, será, por deliberação da Assembleia Geral e após ouvido o Bispo diocesano territorialmente competente, atribuído a outra Instituição de Misericórdia ou Instituição de expressão católica com finalidade idêntica, em estrita observância do Compromisso CEP - UMP.
5. Em caso de extinção da MSPS, competirá à Assembleia Geral eleger uma comissão liquidatária, com poderes limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários, quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes.
6. A extinção da MSPS, como Instituição Particular de Solidariedade Social, implica a sua subsistência como pessoa jurídica canónica mantendo a propriedade dos bens afetos a fins de carácter religioso ou a outras atividades a que se dedique.

#### Artigo 40.º (Dúvidas e omissões)

1. As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação deste Compromisso serão resolvidas ou integradas conformemente à lei, ao compromisso CEP/UMP e aos princípios gerais de direito civil ou canónico.

#### Artigo 41.º (Norma transitória)

1. Constituído por 41 artigos, este Compromisso inclui o número 6 no artigo 3.º do anterior compromisso da MSPS, entrando em vigor imediatamente após aprovação em Assembleia Geral e cumprimento das demais formalidades exigidas por lei.

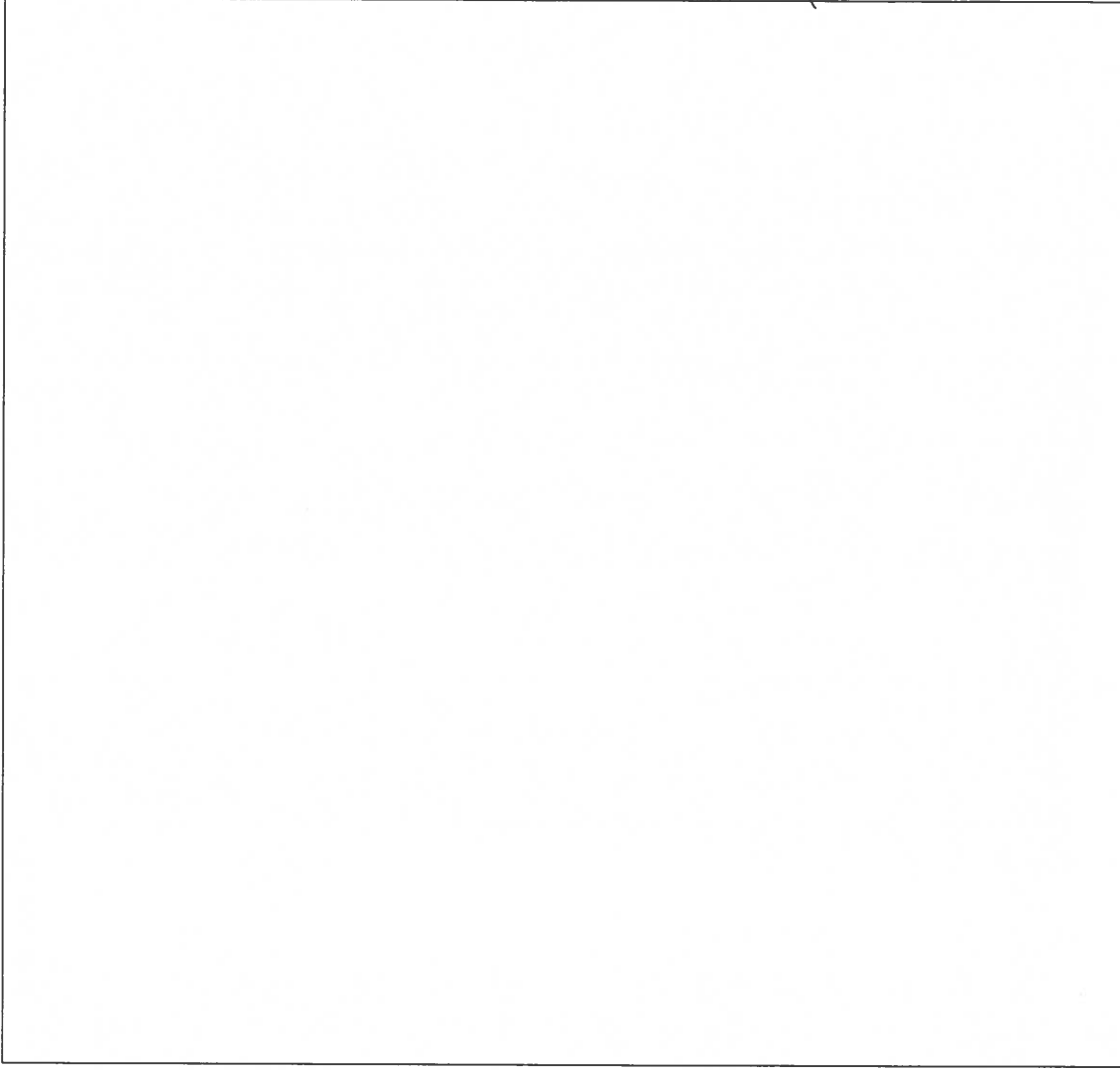
Aprovado por unanimidade em Assembleia Geral de 25 de novembro de 2018.

A Mesa da Assembleia Geral da MSPS:

Homologação pelo Bispo Diocesano:

*[Handwritten signature]*

+ *[Handwritten signature]*  
Bispo de [illegible]





Anexo

+ A. Jacóbo  
Bispo de Oeiras

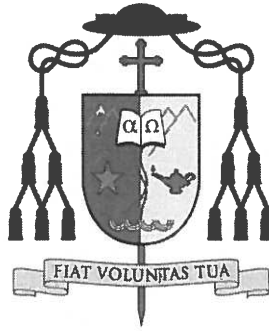
Bandeira a que se refere o n.º1 do art.º 4.º:



Brasão a que se refere o n.º2 do art.º 4.º:







D. ANTÓNIO LUCIANO DOS SANTOS COSTA,  
POR MERCÊ DE DEUS E DA SANTA SÉ APOSTÓLICA,  
BISPO DE VISEU

Fazemos saber que homologamos a alteração dos Estatutos da Santa Casa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul, aprovada em Assembleia Geral de 25 de novembro de 2018, respeitando a génese dos Estatutos.

Viseu, 28 de dezembro de 2018

*+ António Luciano dos Santos Costa, Bispo de Viseu*

+ António Luciano dos Santos Costa, Bispo de Viseu

C

C